

ISSN 1516-1382

PSIKHÊ

Revista da Faculdade de
Psicologia das F.M.U.

Faculdades Metropolitanas Unidas

Presidente Licenciado

Prof. Edevaldo Alves da Silva

Vice-Presidente em exercício

Dr^a. Labibi Elias Alves da Silva

Superintendente

Dr. Arnold Fioravante

Faculdade de Psicologia das F.M.U.

Direção

Prof. José Augusto Rossetto Junior

Psikhê / Revista da Faculdade de Psicologia das F.M.U. - Vol. 3, n. 1 (1998) - São Paulo: Faculdades Metropolitanas Unidas, 1998

Semestral

ISSN 1516-1382

PSIKHÊ

Revista da Faculdade de
Psicologia das F.M.U.

ISSN 1516-1382

Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U., S. Paulo - v. 3, n. 1 - p. 1-40 - mai./nov., 1998

PSIKHÊ - R. Fac. Psic. F.M.U.

Editor

José Augusto Rossetto Junior

Conselho Editorial

Armando Chibante Pinto Coelho
Maria Ângela Colombo Rossetto
Maria Inês José Stella
Suely Lopes Hames

Conselho Científico

Ana Maria Baccari Kuhn - Ph. D.
Profª. Adjunta da Universidade Federal de São Paulo (Escola Paulista de Medicina)
e Supervisora de estágio na área de Clínica Psicológica das FMU

Edda Augusta Quirino Simões - Doutora
Profª. Titular na Faculdade de Psicologia das FMU

José Carlos Ramos Fernandes - Ph. D.
Prof. Titular na Faculdade de Psicologia e na Faculdade de Pedagogia das FMU

Maria Cecília Casagrande Tavoloni - Ph. D.
Profª. Adjunta da Universidade Federal de São Paulo (Escola Paulista de Medicina)

Rosa Maria Lopes Affonso - Doutora
Supervisora de estágio na área de Psicologia Clínica das FMU

Correspondência

PSIKHÊ - R. Fac. Psic. F.M.U.
Av. Santo Amaro, 1239 - 04504-002 - São Paulo - SP
Fone: (011) 822-5377
e-mail:

Produção Editorial : José Augusto Rossetto Junior
Revisão : Maurício Pedro Silva
Editoração Eletrônica : Celina F. Ucha Campos
Projeto Gráfico Arte de Capa : Celina F. Ucha Campos

Editorial.....	06
Artigos	
Psicologia e gramática: as razões do inconsciente..... Maurício SILVA	08
Da formação acadêmica à prática psicológica..... Maria Cecília de Magalhães Couto NICOLAU e Suely Daisy Kühn JUBRAM	13
A mulher presa e a mulher do preso - o resgate da identidade dentro de uma nova estrutura social..... Angela Daou PAIVA	19
Apresentações em reuniões científicas	
Atendimento a crianças e adolescentes institucionalizados: reflexões sobre a vivência institucional da família e do serviço de psicologia forense..... Claudia ANAF, Ivone PATRICIO, Gislene MAGALHÃES, Raquel POLICELLI, Renata FERREIRA, Valéria CAMARGO	24
Pesquisa	
A experiência de ser estudante de psicologia..... Elaine Teresinha Dal Mas DIAS	34
Abstracts	
Care for children and adolescents institutionalized: reflections about the institutional experience of the family and of forensic psychology service.....	23
From academic graduation to psychological practice.....	12
Psychology and grammar: the unconscious' reason.....	07
The female prisoner and the prisoner's wife - the rescue of identity in a new social structure.....	18
The experience of being psychology student.....	33
Resumen	
Atendimento a niños y adolescentes institucionalizados: reflexiones sobre la vivencia institucional de la familia y del servicio de psicologia forense.....	23
De la formación académica a la práctica psicológica.....	12
La experiencia de ser estudiante de psicologia.....	33
La mujer encerrada e la mujer del encerrado - el resgate de la identidad dentro de una nueva estructura social.....	18
Psicologia y gramática: las razones del inconsciente.....	07
Índice de assuntos	
Keywords.....	38
Palabras Claves.....	38
Unitermos.....	38
Normas.....	39

De acordo com uma afortunada sentença do nosso mais célebre romancista, Machado de Assis, “não é a verdade que vence, é a convicção”. Nessas três décadas de existência, que as Faculdades Metropolitanas Unidas têm o orgulho de completar no presente ano, a convicção tem sido uma de suas características mais marcantes: convicção de que um trabalho bem feito, por mais árduo que seja, traduz-se necessariamente em ganhos e benefícios para toda a comunidade universitária; convicção de que somente um investimento consciencioso na capacidade humana pode criar uma base segura para um futuro promissor; convicção, enfim, de que qualquer esforço é ainda muito pouco para quem tem como objetivo principal a aliança imponderável entre a formação profissional e o bem-estar humano.

Não seria exagero afirmar - pois, nesse caso, a prática tem confirmado a teoria - que a Faculdade de Psicologia tem buscado, em todos esses seus anos de existência, compartilhar desse mesmo ideário e, mais do que isso, contribuir para que ele possa se tornar não apenas um jogo silogístico de idéias, mais uma verdadeira realidade. Melhor ainda: uma realidade pautada pela convicção. Nesse sentido, não se tem medido esforços no sentido de melhorar as condições de trabalho de seu quadro de funcionários; de proporcionar oportunidades para que tanto seu corpo docente quanto seu corpo discente possam se aperfeiçoar cada vez mais; de criar um ambiente propício à divulgação de idéias, ao debate interdisciplinar, à troca de informações e experiências.

A publicação de mais um exemplar da revista *Psikhê*, que chega agora ao seu terceiro número, é apenas mais um capítulo nesse amplo esforço a que nos referimos acima, porém continua sendo um de seus mais importantes capítulos. Isso porque, contrariamente a todas as especulações e diagnósticos pessimistas, ela se tem afirmado, no meio acadêmico, como uma das mais bem aceitas revistas do gênero, fato que pode ser comprovado pela própria receptividade de que tem sido objeto nas universidades públicas e privadas. Trata-se, sem dúvida alguma, do merecido resultado de um árduo trabalho em equipe, a qual tem se empenhado numa obstinada tarefa de levar adiante um projeto que deriva não apenas de um sonho comum, mas sobretudo de uma autêntica convicção.

Nesse mais recente número, nossa revista chega com uma roupagem nova, porventura mais condizente com o seu conteúdo, após passar por uma série de inovações técnicas que, certamente, lhe darão um maior estatuto de cientificidade. Deixa de se apresentar como um mero exercício mais ou menos diletante de idéias acerca da Psicologia - o que, aliás, nunca foi nem pretendeu ser - para se afirmar como um verdadeiro veículo de informações científicas a respeito dos principais avanços e das mais importantes pesquisas que se tem feito em nossa faculdade e fora dela.

Nesse sentido, podemos dizer sem receio de cometer qualquer exagero que, atualmente, a revista *Psikhê* cumpre uma atribuição que, desde seu primeiro número, pareceu-nos natural: a de manter-se em franco compasso com as mudanças que vêm ocorrendo em nosso mundo globalizado. A heterogeneidade de seus artigos, a seriedade das pesquisas que são aqui apresentadas e a tentativa de estar a par do que se está produzindo hoje em dia são apenas alguns dos indícios que corroboram essa afirmação. Daí a certeza que temos de que sua leitura não vai ser apenas uma fonte de prazer àqueles que se aventurarem a folhear com mais vagar suas páginas, mas principalmente uma fonte a mais de conhecimento para todos aqueles que ainda acreditam que o caminho de uma civilização mais justa e humana passa necessariamente pela educação e pelo conhecimento científico.

Por pensar assim, trabalhamos com convicção. Sempre na certeza de que “uma convicção bem fundada é também uma verdade”.

José Augusto Rossetto Junior

PSYCHOLOGY AND GRAMMAR: THE INCONSCIOUS' REASON

Maurício SILVA

SILVA, M. Psychology and grammar: the unconscious' reason. **Psikhê - R.Fac.Psic.F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 07, may./nov., 1998.

The present article analyses the relations between the subconscious and grammar. Adopting some ideas from the psycholinguistic perspective, the author reveals the deviation from the rules of grammar caused by psychological phenomenon.

KEYWORDS: Psycholinguistic, Grammar, Subconscious, Rules

PSICOLOGÍA Y GRAMÁTICA: LAS RAZONES DEL INCONSCIENTE

Maurício SILVA

SILVA, M. Psicología y gramática: las razones del inconsciente. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 07, mai./nov., 1998.

Este artículo analiza las relaciones entre el subconsciente y aspectos relacionados a la gramática. A partir de una perspectiva psicolingüística, se han adoptado ideas con las cuales el autor revela desviaciones de las reglas gramaticales que ocurren a causa de fenómenos psicológicos.

PALABRAS CLAVES: Psicolingüística, Gramática, Subconsciente, Reglas

PSICOLOGIA E GRAMÁTICA: AS RAZÕES DO INCONSCIENTE

Maurício SILVA*

SILVA, M. Psicologia e gramática: as razões do inconsciente. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 08-11, mai./nov., 1998.

O presente artigo analisa as relações entre o subconsciente e aspectos relacionados à gramática. Adotando idéias retiradas de uma perspectiva psicolinguística, o autor revela alguns desvios de regras gramaticais causados por fenômenos psicológicos.

UNITERMOS: Psicolinguística, Gramática, Subconsciente, Regras

Não é difícil conhecer alguém que, em algum instante de sua vida, encontrou-se em apuros diante de uma dúvida gramatical, seja ela a mais elementar ou a mais complexa. A linguagem humana, embora faça parte da própria concepção que temos do homem enquanto ser racional, possui seus caprichos, e é pouco provável que, em alguma ocasião, não nos tenhamos deparado com a incômoda situação de hesitar diante de uma colocação gramatical, com o que acabamos cometendo algum lapso por falta de conhecimento de determinada regra ou por uma natural tendência à simplificação linguística. É natural: afinal de contas, se os próprios gramáticos não chegam a um consenso em relação às mais elementares expressões da língua, às mais simplórias construções sintáticas, por que nós, simples mortais necessitados de um uso circunstancial da mesma, não poderíamos errar?

Diante da necessidade de uma escrita padrão, erramos até com certa frequência, talvez devido à nossa incapacidade para a incorporação de alguns detalhes gramaticais que todas as línguas possuem, mas em grande parte devido à própria complexidade que a língua, quando organizada

graficamente, adquire. Escrever é difícil, e menos por uma eventual carência de matéria original por parte do escritor do que pelas dificuldades normativas que a linguagem verbal nos apresenta.

Mas muitas vezes não nos damos conta de que os problemas que podem ocorrer durante a articulação de um texto não se encontram necessária ou exclusivamente nas tão afamadas regras gramaticais. Ao contrário do que podemos pensar, tais problemas (ou, dependendo do ponto de vista, soluções) podem ser também - e, às vezes, prioritariamente - de natureza psicológica.

Com efeito, já se demonstrou de várias maneiras que Psicologia e Linguística são disciplinas que, desde os primórdios da cultura ocidental, caminham paralelamente: nesse sentido, a história de uma faz um pouco parte da história de outra. A clássica preocupação do homem com a *psique* pressupõe, igualmente, uma não menos obstinada preocupação com o *logos*. E, presentemente, das teorias revolucionárias de Lacan às mais intrigantes descobertas realizadas pela Psicolinguística, não é difícil perceber que a relação entre a

* Professor da Disciplina Língua Portuguesa da Faculdade de Psicologia das Faculdades Metropolitanas Unidas

Psicologia e a linguagem vai muito além de uma mera coincidência, podendo antes constituir-se numa via segura de compreensão do ser-humano, enquanto ente dotado de uma conformação racional.

Vai mesmo muito além: ultrapassa as ligações genéricas para interferir na própria construção gramatical da língua. Nesse sentido restrito, o rigor gramatical é substituído por um recurso que, muitas vezes, empregamos sem perceber: a percepção psicológica da frase. Em outros termos, poderíamos dizer que, em diversas ocasiões, diante das dificuldades de uma construção frásica rigorosamente dentro dos padrões gramaticais, optamos inconscientemente por uma construção mais de acordo com os princípios de uma articulação psicológica da linguagem.

Com razão, pode-se dizer sem incorrer em exagero que a construção lingüística depende, em todos os estágios de seu desenvolvimento, de uma boa dose de intuição, de pressentimento, de percepção instintiva. Enfim, depende de processos desencadeados no subconsciente. Assim, muitas vezes os mecanismos *lógicos* de construção frasal dão lugar a mecanismos *psicológicos*, por meio de processos inconscientes de articulação lingüística, sobretudo se entendermos por articulação lingüística a conjugação de elementos essenciais à composição da textualidade.

As ligações da gramática com o inconsciente não constituem novidade para os estudos da linguagem verbal. Já se disse uma vez que “para explicar corretamente a gramática, é preciso não apenas postular o mecanismo que esclareça o fato de os pronunciamentos observarem regras, mas ainda o de esse mecanismo ser inconsciente” (TERWILLIGER, 1974: 210). E poderíamos ousar acrescentar:

não apenas as regras obedecem a mecanismos regidos pelo inconsciente, mas sobretudo a carência de regras numa determinada organização frásica. E isso é pertinente até mesmo em se tratando das, aparentemente, tão lógicas categorias gramaticais, fato já sabido desde o clássico estudo de Ginneken (GINNEKEN, 1907).

Analisemos algumas construções sintáticas sob a ótica privilegiada da Psicologia. Um dos problemas mais comuns com os quais um falante comum da língua pode se deparar, não importando o seu nível de alfabetização, diz respeito à utilização da partícula apassivadora SE, sendo relativamente freqüente encontrarmos frases desse tipo:

Aluga-se salas para escritório.
Vende-se roupas para crianças.
Neste estabelecimento, fala-se línguas estrangeiras.

Evidentemente, do ponto de vista gramatical, tais construções são consideradas absolutamente inadequadas e incorretas. Já que se trata de frases construídas na voz passiva, com o emprego de partícula apassivadora, considera-se os vocábulos “salas”, “roupas” e “línguas estrangeiras”, sujeitos das frases, e, portanto, pressupõem verbos em concordância com o número/plural desses vocábulos: “alugam”, “vendem” e “falam”. Fenômeno simples de inversão do sujeito na frase, mas com conseqüências desastrosas: tal inversão cria no falante uma resistência à consideração do SE como mera partícula apassivadora, vendo-se aí um indício de que haveria, nas respectivas frases, um sujeito oculto, evidentemente no singular. O que a gramática considera sujeitos das frases (“salas para escritório”, “roupas para crianças” e “línguas estrangeiras”) transforma-se, para o falante desatento, em objetos diretos,

logo totalmente desvinculados dos verbos, do ponto de vista da concordância verbal.

É como se, ao pronunciarmos frases como estas, pensássemos na possibilidade da existência de um ser indeterminado a realizar as tarefas descritas pelos verbos, com o que teríamos as seguintes construções hipotéticas:

(Alguém) aluga salas para escritório.

(Alguém) vende roupas para crianças.

(Alguém), neste estabelecimento, fala línguas estrangeiras.

Construções não totalmente absurdas se pensarmos na tendência do nosso inconsciente à simplificação lingüística e, mais do que isso, na necessidade psicológica de se encontrar, para os períodos acima, uma entidade capaz de realizar concretamente as ações sugeridas pelos verbos. De certa forma, temos dificuldade de imaginar ações destituídas de sujeitos, ainda que ocultos.

O mesmo acontece, por exemplo, com a concordância do verbo *HAYER*, no sentido de *existência*. Pensemos nas seguintes frases, também relativamente comuns de serem encontradas:

Haviam muitas pessoas naquela sala.

Haveriam outros documentos na gaveta?

Aqui também temos uma transgressão gramatical, já que o correto seria empregar o verbo *HAYER* exclusivamente na forma impessoal, isto é, na terceira pessoa do singular: “havia” e “haveria”. Evidentemente, mais uma vez prevalece uma idéia inconsciente de sujeito numa frase onde este não existe ou, a rigor, existe apenas na sua forma não-personificada. Imagina-se, com razão, que o elemento existente pressuposto pelos verbos são, respectivamente, “muitas pessoas” e “outros

documentos”, o que supostamente obrigaria o falante a fazer a concordância que lhe pareça mais lógica, levando o verbo para o plural. Como sugerimos no início, há uma substituição do artifício estritamente normativo, por uma compreensível flexibilidade psicológica.

Num como noutro caso aqui aludido, podemos solicitar o testemunho de um dos mais eminentes gramáticos da nossa língua: também para Said Ali, deve-se levar em conta - nestes ou em casos semelhantes - a existência de um sugestivo “sujeito psicológico”, ao lado de uma não menos inusitada “analyse psicológica”, a fim de compreender o porquê destas construções tão distantes da gramática normativa, mas tão próximas da percepção intuitiva do falante (ALI, 1930).

Outros exemplos são possíveis de serem analogamente abordados. Parece que também no que diz respeito à concordância verbal, a perspectiva psicologia da expressão lingüística sobrepõe-se à puramente gramatical. É o caso dos seguintes períodos, mais frequentes do que imaginamos:

A maioria das pessoas foram à reunião esta noite.

A gente chegou de viagem cansado.

Fazem vinte dias que ele não aparece por aqui.

Três frases incorretas do ponto de vista rigorosamente gramatical: na primeira, incorre-se numa silepse de número, já que o verbo deve concordar com o núcleo do sujeito, ficando no singular (“foi”); a segunda também contém uma silepse, mas de gênero, uma vez que o predicativo do sujeito deve concordar com o sujeito, ficando no feminino (“cansada”); na terceira, temos o verbo *FAZER* com o sentido de tempo transcorrido, portanto, impessoal, devendo ser mantido na terceira pessoa do singular (“faz”). Contudo, não é difícil demonstrar, nestes períodos, que o virtual

falante está obedecendo - até com uma certa coerência - a uma razão psicológica: na primeira frase, o vocábulo “maioria” já sugere um sentido pluralizado, enviando o verbo automaticamente para o plural; na segunda, a palavra “gente” parece ter adquirido o mesmo sentido genérico de algumas categorias da língua, sendo empregada preferencialmente no masculino, mas compreendida como vocábulo - para empregar uma terminologia da Genética - bigênere; na terceira frase, a expressão “vinte dias” sugere igualmente a noção de plural, fazendo com que o verbo correspondente flexione em número. São fenômenos ocorridos no inconsciente, o qual acaba sendo influenciado mais pelo sentido subjacente das frases do que pelo seu sentido rigorosamente gramatical. A ordenação normativa da língua cede terreno, aqui, à sua ordenação psicológica, e o que a gramática chama de *constructio ad sensum* ou simplesmente de concordância ideológica (BACCEGA, 1989), nós entendemos antes como uma tendência ao pragmatismo lingüístico, evidentemente condicionado por mecanismos gerados no inconsciente.

Não seria temerário afirmar, a estas alturas, que - diante dos diversos fatos agramaticais que a utilização prática da língua nos apresenta - cada falante ou grupo de falantes apresenta um comportamento particularizado diante das

regras da gramática. Como afirma, com mais propriedade, Slobin, ao lado de uma competência lingüística, temos também uma “competência psicolingüística”; e completa: “as estratégias de processamento utilizam-se do conhecimento gramatical, mas abrangem mais do que conhecimentos gramaticais, porque são orientadas pelo tempo e pela situação (...) Talvez sejamos todos lingüistas implícitos e temos, inconscientemente, criado gramáticas no processo de aprendermos línguas” (SLOBIN, 1980: 85).

Não há muito o que se concluir diante dos fatos e exemplos que colocamos ao longo desse ensaio. A não ser, como já deve ter ficado claro, que a construção psicológica da frase tem muito mais incidência sobre a linguagem falada, embora sua ocorrência na linguagem escrita não seja incomum. E finalmente que, dependendo do caso, essa construção psicológica sobrepõe-se à própria lógica gramatical ou, como dissemos no início, os mecanismos lógicos de construção frasal dão lugar, compulsoriamente, aos mecanismos inconscientes de articulação lingüística. Numa adaptação livre da observação feita por Bernard Pottier, a respeito das relações entre a Psicologia e a Fisiologia (POTTIER, 1983), poderíamos, finalmente, afirmar: a gramática propõe uma lógica lingüística e a Psicologia dispõe.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

TERWILLIGER, R. F. - *Psicologia da Linguagem*. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1974.

GINNEKEN, J. van. - *Principes de Linguistique Psychologique*. Paris: Marcel Rivière, 1907.

ALI, S. - *Difficuldades da Língua Portuguesa. Estudos e Observações*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

BACCEGA, M. A. - *Concordância Verbal*. São Paulo: Ática, 1989.

SLOBIN, D. I. - *Psicolingüística*. São Paulo: Nacional/Edusp, 1980.

POTTIER, B. - “Fisiologia e psicologia nas evoluções fonéticas irregulares”. *Linguagem. Revista para estudos de língua e literatura*, (01): 87-88, 1983.

FROM ACADEMIC GRADUATION TO PSYCHOLOGICAL PRACTICE

**Maria Cecília de Magalhães Couto NICOLAU
Suely Daisy Kühn JUBRAM**

NICOLAU, M. C. M. C.; JUBRAM, S. D. From academic graduation to psychological practice. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 12, may./nov., 1998.

The authors write this paper to the newly graduated aiming to show that, with struggle and perseverance it is possible to interact the theoretical knowledge acquired at college with the everyday practice. They say that in the beginning they worked for a clinic where creativity and improvisation were necessary, for they had the most different duties, from clinical service to sensitizing the front desk staff and other medical workers to matters related to ethics, secrecy and respect for the patient. Step by step they faced the vastness of the mental world, its dynamics and mysteries. The experience was quite positive and strengthened the courage to create, to go on and overcome the student's passive role, who just receives the food, and reach the active role of sharing the bread of knowledge with the near fellow.

KEYWORDS: Professional Life, Graduation, Psychological Practice

DE LA FORMACIÓN ACADÉMICA A LA PRÁCTICA PSICOLÓGICA

**Maria Cecília de Magalhães Couto NICOLAU
Suely Daisy Kühn JUBRAM**

NICOLAU, M. C. M. C.; JUBRAM, S. D. De la formación académica a la práctica psicológica. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 12, mai./nov., 1998.

Las autoras escriben este texto a los recién egresados, con el objetivo de mostrar que con mucha lucha y perseverancia es posible integrar la teoría aprendida en la facultad con la práctica diaria en el consultorio. Comentan que en el inicio fueron a trabajar en una clínica donde era necesaria una buena dosis de creatividad e improvisación haciendo desde el atendimento clínico hasta la sensibilización del equipo de recepción y de los demás profesionales de la área de la salud, en relación a cuestiones de éticas, de secreto y de respeto por el paciente. Paso a paso se encontraron con la amplitud del mundo mental, con su dinámica y con sus misterios. La experiencia fue muy positiva y fortaleció el coraje de crear, el coraje de luchar e el coraje de transponer la situación pasiva del estudiante, que solo recibe el alimento, para la situación activa del reconocimiento con el Próximo.

PALABRAS CLAVES: Vida Profesional, Formación Académica, Práctica Psicológica.

DA FORMAÇÃO ACADÊMICA À PRÁTICA PSICOLÓGICA

Maria Cecília de Magalhães Couto NICOLAU*
Suely Daisy Kühn JUBRAM**

NICOLAU, M. C. M. C.; JUBRAM, S. D. Da formação acadêmica à prática psicológica. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v.3, n. 1, p. 13-17, mai./nov., 1998.

As autoras escrevem este texto aos recém-formados, com o objetivo de mostrar que com muita luta e perseverança é possível integrar a teoria aprendida na faculdade com a prática diária do consultório. Comentam que no início foram trabalhar em uma clínica onde era necessária uma boa dose de criatividade e improvisação, fazendo desde o atendimento clínico até a sensibilização da equipe de recepção e demais profissionais da área da saúde, em relação a questões éticas, de sigilo e de respeito pelo paciente. Passo a passo foram se defrontando com a vastidão do mundo mental, com sua dinâmica e com seus mistérios. A experiência foi de veras positiva e fortaleceu a coragem de criar, a coragem de ir à luta e a coragem de transpor a situação passiva de estudante, que só recebe o alimento, para a situação ativa de repartir o pão do conhecimento com o próximo.

UNITERMOS: Vida Profissional, Formação Acadêmica, Prática Psicológica.

No limiar de completarmos dez anos de formadas, veio à nossa memória, o início de nosso trabalho como profissionais na área da psicologia clínica. O intuito deste artigo é relatarmos nossa experiência àqueles que se encontram no término do curso e aos recém-formados, com o objetivo de mostrar que é possível arregaçar as mangas e sair do âmbito teórico da ciência para se entregar aos meandros da prática.

Naquela época, ainda aguardando pela festa de formatura, fomos surpreendidas por um inusitado convite. Para nossa surpresa, uma instituição de convênio médico resolveu investir em seus próprios profissionais para montar um departamento de psicologia, ao invés de proceder a encaminhamentos para profissionais contratados. Alegavam que o trabalho fugia ao controle: pacientes eram atendidos por tempo inferior ao combinado, sessões cobradas e não realizadas, encaminhamentos desnecessários para

profissionais das áreas de psiquiatria, fonoaudiologia, psicomotricidade e psicopedagogia. Desta forma, no intuito de centralizar e controlar a qualidade destes atendimentos, houveram por bem montar sua própria equipe.

Nos primeiros contatos com a diretoria da instituição foi-nos colocada a imposição de que o trabalho se realizasse, única e exclusivamente, através de grupos terapêuticos; desejavam com isto atender um maior número possível de pessoas com um menor custo. Sem manifestarmos, a princípio, nossa oposição a esta idéia e imbuídas da crença do que seria “verdadeiro”, em termos de um trabalho ético, honesto e eficaz, apresentamos um plano que foi defendido em reunião, na presença de todos os diretores.

Como resultado de nossa postura, foi-nos permitido implantar o esquema no qual acreditávamos, ou seja, triagem,

* Psicóloga Clínica e Supervisora em consultório particular, Pedagoga, Ex-professora na Faculdade de Educação-Pedagogia das FMU.

** Psicóloga Clínica, Supervisora em consultório particular, Co-terapeuta em grupos com pacientes de fibromialgia do HC, Arquitera.

encaminhamentos de adultos para terapia individual ou de grupo, de crianças para ludoterapia individual ou de grupo, subsidiados pela psicanálise, com sessões de 45 minutos, uma vez por semana.

Assim iniciamos a trajetória de nosso trabalho, que foi marcada por dificuldades e desafios que compreenderam: a inexperiência, a insegurança e os medos, os poucos recursos materiais e de espaço físico, o enfrentamento dos profissionais contratados ameaçados com a perda de seus contratos, e ainda, a agressividade dos pacientes que perderam seus terapeutas e precisaram aceitar a nova equipe.

A população alvo girava em torno de 6.000 (seis mil) pessoas representados por funcionários de uma mesma empresa metalúrgica da Região do ABC paulista e seus familiares.

O início do trabalho propriamente dito, foi pautado sobre dois dias na semana, com dez atendimentos por profissional por dia. O setting terapêutico foi improvisado pois usávamos uma das salas da clínica médica que deixava à mostra a maca, o estetoscópio, a bandeja de medicamentos e a balança de pesagem. Assim, tínhamos que nos organizar para mudar o “cenário” ou seja, descaracterizar a sala do doutor e enriquecer a sala do psicólogo, com cadeiras em círculos, caixas de ludo ou colocação de cadeiras frente a frente, para o atendimento individual. Muitas vezes realizávamos nosso trabalho em situações atípicas: atendimentos no jardim, visto a criança não querer entrar para a sala; mães ansiosas que na sala de espera nos cercavam para falarem de suas questões com os filhos e maridos; médicos questionando abertamente sobre as condições dos pacientes na hora do cafezinho; necessidade de investigar as relações sociais dos pacientes com vistas a não colocá-los no mesmo grupo. Muitas vezes já havia um

relacionamento anterior feito no âmbito da empresa. Portanto, além de atendermos os pacientes procedíamos a sensibilização da equipe de recepção e demais profissionais da área da saúde em relação a questões éticas, de sigilo e de respeito pelo paciente.

Achávamos que estávamos instrumentalizadas para atuar profissionalmente. Afinal contávamos com nossa análise pessoal que já durava um certo número de anos, com os subsídios da supervisão clínica e com os grupos de estudo dos quais já participávamos há algum tempo. Tudo isto formaria o tripé para um bom atendimento. Possuíamos também outra formação de nível superior, mais idade, uma família estruturada com maridos e filhos, bagagem esta que nos tornava um pouco mais experientes diante dos problemas da vida. Mas o desenvolvimento das atividades dentro do ambulatório, exigia muito de nós e muitas vezes nossos atendimentos eram vividos visceralmente: “fazíamos sintomas”, o que mostrava nossa vulnerabilidade. Ao realizarmos as sessões de determinados pacientes, com quadros mais graves ou específicos, saíamos das salas com os lábios inchados, por vezes com dores de cabeça ou cansaço ou sono, e até com os dedos dormentes. Exemplificando, não raro em sessões com pacientes alcoólicos ou drogados, saíamos com tonturas, euforia ou agitação. Parecia que havíamos bebido também ou ingerido alguma droga.

Realizávamos às vezes, duas supervisões semanais achando que assim daríamos conta de todos os atendimentos e de nossa angústia, tão emergente. Entretanto, esta tarefa era inviável, por duas razões: o número de casos era muito grande e porque havíamos percebido que o importante seria dirigir o olhar para nós mesmas.

As supervisões passaram a ser momentos onde podíamos parar, refletir e analisar os fenômenos

psíquicos que ocorriam conosco. Era uma parada para um “mergulho para dentro” e ao emergirmos, estávamos mais “prontas” para o contato com o paciente.

Comprovamos também o que significava a recomendação de Bion (1967) ao dizer que, diante do paciente deveríamos nos manter livres das interferências teóricas, de nossos desejos e de nossos registros mentais. Embora reconhecessemos a importância dos conhecimentos teóricos, só nos era possível articulá-los “a posteriori”. Da mesma forma, pudemos compreender melhor Freud, (1975) nas suas considerações sobre ser a análise interminável, visto que diante dos fenômenos contratransferenciais e de identificações projetivas, vividos e reconhecidos, passamos a nos conhecer melhor. Durante algum tempo ainda sentíamos muita angústia e muito medo e diante destes sentimentos, uma de nós (a de estrutura mais obsessiva) organizava, arrumava, punha em ordem o arquivo, enquanto a outra (a de estrutura mais histérica) ria sem parar um riso angustiado e defensivo. Aos poucos, esta angústia exacerbada foi dando lugar a continência, a escuta interna e a uma atuação com mais tranquilidade. Percebemos que éramos capazes de não nos deixar imobilizar diante do desconhecido e que pelo contrário, aquele “ofício” era o que queríamos realizar em termos de vida profissional.

Por outro lado ficávamos surpresas com a capacidade de produção de insights da população atendida e o desenvolvimento apresentado ultrapassou nossas expectativas. Vale ressaltar também o empenho que demonstravam em cuidar da própria saúde mental, participando com assiduidade e pontualidade, mesmo que isso representasse, às vezes, o sacrifício de uma jornada de duas horas de ônibus, caminhada e trem. Observávamos freqüentemente que mais de um membro da mesma família acabava por

procurar o setor de psicologia, diante dos resultados favoráveis obtidos pelo parente.

Assim, fomos ganhando cada vez mais espaço e respeito junto a classe médica e direção. Éramos solicitadas para opinarmos em discussões de casos clínicos. Em virtude do aumento da demanda, conseguimos nos transferir para a edícula da casa onde o convênio funcionava, ganhando assim um novo espaço, contendo uma sala bem equipada para ludoterapia e outra para atendimento de adultos.

Passo a passo, fomos nos defrontando com a vastidão do mundo mental, com sua dinâmica, com seus mistérios. A quantidade de apelos e solicitações era tanta, que atendíamos continuamente e mal tínhamos tempo para registrar algumas observações que achávamos importantes. Este era também um fator gerador de muita angústia, acentuado pela ocorrência de termos que atender a toda e qualquer patologia, sem limite de idade.

Diante de tanta disponibilidade, tanto amor ao trabalho e tanta dedicação começamos a colher mais frutos. O serviço aumentou consideravelmente e com ele, a necessidade de contratarmos mais dois profissionais, passando a atender então quatro dias por semana. Observamos como resultado uma queda na procura das clínicas médicas, uma diminuição da sintomatologia advinda dos distúrbios psicossomáticos, um aumento substancial da procura pelo atendimento em virtude da propagação do trabalho, o relato de maior produtividade em alguns setores da empresa metalúrgica e como consequência, pacientes chegando por opção própria e não mais por encaminhamentos médicos.

Neste momento fomos “premiadas” com o título de “a menina dos olhos do convênio”, pois nossa clínica era a única sobre a qual não pesavam queixas de espécie alguma.

Com esse trunfo nas mãos, conseguimos solicitar o trabalho de uma fonoaudióloga, que nos fazia muita falta principalmente junto a população infantil. Novamente o espaço que ocupávamos ficou diminuto e ao mudarmos de sede, passamos a ocupar um conjunto de salas independentes, com sala de espera própria e construídas especialmente para o setor psicológico.

Paralelamente ao trabalho institucional, vínhamos desenvolvendo o trabalho na clínica particular que, como reflexo do primeiro, também apresentou um grande desenvolvimento a ponto de termos que optar por ele, após seis anos. Diante desta situação surgiu a necessidade de efetuarmos um recrutamento e seleção de psicólogos para ocuparem o nosso lugar e introduzi-los na dinâmica de atendimento que havíamos adotado. Da mesma forma os pacientes foram preparados para o desligamento das terapeutas, preparo este que levou aproximadamente seis meses. Embora todo este processo tenha sido uma escolha, envolveu muita dor, pois significava o rompimento dos vínculos que nos uniam a nossa cria.

Diante deste vazio, procedemos uma auto-avaliação que serviu para nos respaldar na busca do que seria a nossa grande conquista: a coragem de criar, a coragem de ir à luta e a coragem de transpor a situação passiva de estudante, que só recebe o alimento, para a situação ativa de repartir o pão do conhecimento com o próximo.

Agora, após olharmos para este passado, ainda contabilizamos a realização de uma verdadeira “residência psicológica”; com ela aprendemos a ser continentais, a ouvir sem ter que atuar e a sentir angústia com tranquilidade.

Nos anos que se seguiram, fomos adquirindo maior experiência, mais segurança, confiança

no nosso trabalho e passamos a ser então procuradas para ministrar supervisões para psicólogos, que também atuavam na área clínica, dentro do contexto institucional. Continuamos a desenvolver esta atividade em nosso consultório particular até a presente data e muitas vezes, nos surpreendemos resgatando casos clínicos vívidos, para ilustrar, exemplificar e comparar com o material trazido pelo supervisionando.

Após algum tempo, sentimos a necessidade de procedermos o registro de nossas experiências. Achávamos que elas eram um “tesouro” que possuíamos. Decidimos então, nos reunir com o objetivo de tentar organizá-las. Sentíamos que elas estavam feito pérolas, perdidas num oceano, aguardando para serem recolhidas e comporem um lindo colar. Por vezes sentamos e um imenso vazio tomou conta de nossa mente. Outras vezes conversávamos de tudo e não produzíamos nada por escrito. Várias tentativas foram frustradas. Hoje podemos perceber que talvez houvesse a necessidade de um tempo para este registro, assim como houve o tempo de semear e o tempo de colher os frutos advindos de nossa tarefa. Enquanto isto, nossas experiências puderam se fortalecer, se estabilizar e a partir desta sedimentação foi possível escrever sobre elas.

Neste momento um sentimento profundo de gratidão nos invade; gratidão à boa formação acadêmica realizada nos bancos universitários desta casa (FMU), às supervisoras que nos deram respaldo teórico e emocional, aos nossos analistas que acompanharam o nosso desenvolvimento pessoal e profissional; a compreensão e apoio de nossos familiares e finalmente aos nossos pacientes que acreditaram em nosso “suposto saber” possibilitando-nos ocupar o lugar de psicólogas.

NICOLAU, M. C. M. C.; JUBRAM, S. D. K. Da formação acadêmica à prática psicológica. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p.13-17, mai./nov., 1998.

Aos nossos futuros colegas fica a mensagem de que é possível, vale a pena correr riscos e expor a nossa condição, sempre lembrando que o caminho é construído passo a passo; cada

experiência alicerça os passos seguintes e propicia chegar a um destino que não é pré-determinado, mas uma consequência de como fizemos o percurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREUD, S. Análise Terminável e Interminável. Edição Standart Brasileira das Obras Psicológicas Completas. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda., v. 23:239-288, 1975.

BION, W.R. Notes on Memory and Desire. In The Psychoanalytic Forum, II (3) : 271-273, 1967.

Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.
v. 3, n. 1, p. 1-40, mai./nov., 1998.

THE FEMALE PRISONER AND THE PRISONER'S WIFE - THE RESCUE OF IDENTITY IN A NEW SOCIAL STRUCTURE

Angela Daou PAIVA

PAIVA, A.D. The female prisoner and the prisoner's wife - the rescue of identity in a new social structure. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 18, may./nov., 1998.

The main goal of this research is the focus in the process of losing a social identity of women who are in a total freedom privation condition, considering the lack of productive work as one of the most relevant factor in such a process. Considering the social identity as an individual meaning related to the society and based on the productions and consumes relationships, this research tries to discuss the losing of such an individual meaning, based on the privation of a payed work.

This subject can be justified by the need of knowing this kind of losing and its possible consequences on the recuperation process of prisoner women.

The research, composed by conducted questions, is directed to a female population of a Police Delegacy in Santo Antonio de Posse, wich is a hundred and twenty kilometers far from São Paulo, Brasil.

KEYWORDS: Identity, Violence, Prisoner

LA MUJER ENCERRADA E LA MUJER DEL ENCERRADO - EL RESGATE DE LA IDENTIDAD DENTRO DE UNA NUEVA ESTRUCTURA SOCIAL

Angela Daou PAIVA

PAIVA, A.D. La mujer encerrada e la mujer del encerrado - el rescate de la identidad dentro de una nueva estructura social. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 18, mai./nov., 1998.

En esta pesquisa se ha intentado abarcar el proceso de peida de la identidad social de mujeres encerradas en un regime de privación total de la libertad, tiendo en vista, la ausencia del trabajo productivo como un dos factores mas relevantes del proceso.

Abarcando la identidad social como una sinificación de arrogada en la sociedad, tiendo como su base las relaciones de produccion y consumo, se intenta abarcar lo proceso de pierda de la significación debido a la ausencia del trabajo productivo.

Esta investigación se justifica debido la necesidad de establecer un estudio de esta pierda de identidad y las consecuencias en el proceso de recuperación de mujeres encerradas. La investigación e compuesta de preguntas cerradas y direccionadas para la población de una Comissarsa de Policía Femenina de Santo Antonio de Posse, lejos ciento y veinte quilometros de la ciudad de São Paulo, Brasil.

PALABRAS CLAVES: Identidad, Violencia, Encerrada.

A MULHER PRESA E A MULHER DO PRESO - O RESGATE DA IDENTIDADE DENTRO DE UMA NOVA ESTRUTURA SOCIAL

Angela Daou PAIVA*

PAIVA, A.D. A mulher presa e a mulher do preso - o resgate da identidade dentro de uma nova estrutura social. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 19-22, mai/nov, 1998.

O presente trabalho tem por objetivo abordar o processo de perda da identidade social de mulheres em regime total de privação de liberdade, considerando-se a ausência de trabalho produtivo como um dos fatores de maior relevância dentro deste processo.

Abordando-se a identidade social como a significação assumida pelos indivíduos para com a sociedade com base nas relações de produção e consumo, procura-se discutir o processo de perda desta significação a partir da privação do trabalho socialmente remunerado.

A abordagem deste tema justifica-se, pois, pela necessidade do conhecimento desta perda iminente e suas possíveis implicações no processo de recuperação de mulheres sentenciadas.

A pesquisa, composta por questões fechadas e semi-abertas, é direcionada à população feminina de uma Delegacia de Polícia de Santo Antonio de Posse, a cento e vinte quilômetros da cidade de São Paulo, Brasil.

UNITERMOS: Identidade, Violência, Detenta.

O trabalho de pesquisa que ora se apresenta, teve como objetivo voltar-se para o processo de perda da identidade social de mulheres sentenciadas dentro de uma instituição penal de regime fechado, voltando-se para o papel que elas assumem tanto para a instituição, quanto para a sociedade, na condição de encarceramento.

Na medida em que se acredita no papel social dos indivíduos, enquanto instrumentos mantenedores de um sistema cuja base se assenta nas relações de produção e consumo, busca-se compreender os papéis sociais que eles assumem, na condição de sentenciados, frente à uma instituição penal, entendida

enquanto uma nova ordem social estruturada sobre bases ideológicas próprias.

Foram utilizadas entrevistas fechadas e semi-abertas, com um grupo-amostra de cinco detentas da Delegacia de Polícia de Santo Antonio de Posse, a cento e vinte quilômetros da cidade de São Paulo, Brasil.

Através da análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados, foi possível obter um perfil da população carcerária por qualificação de delito, faixa etária, estado civil e nível de escolaridade, bem como um perfil psicossocial das mulheres daquela instituição.

* Aluna 5ª. anista do Curso de Psicologia das Faculdades Metropolitanas Unidas.

A despeito das múltiplas visões sociológicas da formação, construção e manutenção de uma sociedade, bem como dos dispositivos explícitos ou não, que a regem enquanto uma organização, busca-se uma reflexão acerca das motivações individuais e internas que tornam possível e necessária a disposição dos indivíduos em grupos sociais, tanto quanto dos dispositivos coercitivos e punitivos que teriam por finalidade latente a exclusão sumária dos desviantes desta mesma organização social que os criou.

O que se propõe não é, portanto, uma análise sociológica calcada quer sobre o materialismo histórico, quer sobre o positivismo que privilegia a descrição de comportamentos restritos no tempo e no espaço, e sim, uma tentativa, ainda tênue, de resgatar "(...) *o indivíduo na intersecção de sua história com a história de sua sociedade (...)*". (LANE & CODO, 1994, p.13).

A sociedade moderna privilegia a produção e o consumo enquanto sustentáculos das relações que se estabelecem entre os indivíduos. Essa sociedade, no intuito claro de manter-se enquanto existência material, privilegia tão somente a produção e, conseqüentemente, os indivíduos que, através do trabalho, tornam-se produtivos.

Entretanto, esse sistema não oferece garantias e privilégios na mesma medida em que os exige. Ao contrário, constitui-se, ele próprio, num sistema que cria, mantém e normatiza cada vez mais as disparidades sociais.

O que se apresenta é um sistema ideológico que, cômico de suas atribuições, exclui e coloca à margem da sociedade aqueles que, por já não mais produzirem e já não mais servirem

aos seus propósitos, de forma alguma permanecem a ele interessantes.

Não se discute, em absoluto, a validade ou não das regras de conduta, nem tampouco das bases coercitivas e punitivas da sociedade, e sim, a perda da função social que acompanha a exclusão dos indivíduos transgressores, dentro de um processo de total marginalização, notadamente das mulheres que, na condição de encarceramento em regime fechado, perdem por completo a sua significação individual e social.

O Estado, ao investir recursos próprios no sistema penitenciário, o faz na clara tentativa de excluir indivíduos que ele próprio criou.

Pode-se afirmar que, se esse sistema se responsabiliza pelos indivíduos enquanto instrumento de produção, seria também de sua responsabilidade garantir e preservar a sua significação social, na condição de apenados, garantindo-lhes, no mínimo, a possibilidade de um trabalho produtivo.

Os indivíduos constroem a sua identidade com base, tanto no convívio familiar, quanto como parte do meio social em que vivem, adquirindo sua própria significação individual com base nas expectativas reais e imaginárias do meio social no qual encontram-se inseridos.

A despeito das significações e papéis sociais, cada e toda pessoa possui uma história única e peculiar, que lhe confere uma identidade individual, que é, portanto, construída com base nos comportamentos, nas formas de pensar e agir, nas idéias, emoções e sentimentos individuais.

As instituições penais de regime fechado colaboram para o que se percebe como processo de perda dessa identidade, já que as detentas são despojadas de sua história de vida,

de seu significado e representação para um núcleo familiar, também ignorado.

Através de perguntas fechadas, procurou-se traçar um perfil psicossocial, através da análise do histórico de vida, da determinação do nível de escolaridade, bem como das funções produtivas exercidas antes e durante o período de encarceramento.

Procurou-se abordar o processo de perda da função social, através da hipótese da perda do trabalho produtivo como um fator determinante neste processo.

Com base nas informações obtidas, tornou-se possível perceber que, dentro de um grupo-amostra representativo de 20% (vinte por cento) da população carcerária feminina de uma instituição pública em regime fechado, 100% (cem por cento) dos sujeitos possuía, antes da sentença, uma ou mais atividades socialmente produtivas, deixando de exercer após o encarceramento, qualquer espécie de atividade desta ordem.

Aliado à uma perda de identidade individual, ocorre um processo de des-significação social dessa população, na medida em que *"(...) haja muito ou pouco trabalho, o indivíduo que, no mundo externo, estava orientado para o trabalho, tende a tornar-se desmoralizado pelo sistema de trabalho da instituição total"* (GOFFMAN, 1974, p.22)

É possível afirmar que existe uma disparidade clara entre as *"instituições totais e a estrutura básica de pagamento pelo trabalho de nossa sociedade"*. (GOFFMAN, 1974, p.22)

Os indivíduos não podem ter cerceada a sua capacidade de produção. Entende-se que o Sistema Penitenciário utiliza-se única e exclusivamente da privação de liberdade como

meio de punição e reabilitação dos indivíduos transgressores.

Os depoimentos obtidos, ora reunidos em "unidades de expressão" (DIAS, 1997), sugerem que a privação da liberdade foi um fator punitivo para 80% (oitenta por cento) das mulheres entrevistadas.

"(...)O que mudou é que agora estou aqui, e não posso sair";

"Aqui tudo é mais difícil, só por ter perdido a liberdade";

"Eu não quero mais sofrimento, sem a liberdade é muito difícil";

"Acho que a função desse sistema é punir, quando a gente erra";

"É tirar a liberdade de quem fez algum erro (...)".

Ao refletir-se sobre a identidade da "mulher do preso" vislumbra-se a existência de uma condição de igual "encarceramento"; não de fato, e sim o aprisionamento pelo estigma. A própria significação aqui proposta, retira do indivíduo a sua identidade; à "mulher do preso" não são atribuídas uma existência individual, uma história de vida ou um significado próprio, já que estes residem em sua própria condição.

Refletindo-se sobre a representação da identidade e função social para as mulheres sentenciadas de uma instituição em regime fechado, considera-se a perspectiva do trabalho para o processo de reabilitação dessa população.

Entende-se que a função do Sistema Penitenciário seja, em primeira instância a de punir, mas certamente também é a de reabilitar,

sob pena de vislumbrar uma existência caótica e ineficaz em seus propósitos básicos.

"Acho que o Estado tem que entender que não adianta nada manter preso e sem ocupação, porque assim, o preso tem muito tempo livre para pensar em besteira. A solução é o trabalho...O Estado tem que manter o preso ocupado, para que ele não tenha tempo para pensar em novos crimes e coisas assim" (sic)

Apresentar-se à mulher sentenciada em regime fechado, a oportunidade de trabalho produtivo não é, senão, uma responsabilidade, tanto quanto o é o seu caráter punitivo e coercitivo.

Há uma responsabilidade para com essa população, que não pode estar restrita à punição pela punição.

Ao contrário, deve estar direcionada para o processo de integração desses indivíduos à sociedade e ao sistema de produção e consumo.

Acredita-se que os fatores sociais, sejam eles, a miséria, a promiscuidade, a doença, o uso e tráfico de drogas, o abandono, entre outros; contribuem sobremaneira para o aumento dos índices de criminalidade.

Uma vez que estes fatores agem de forma a produzir a transgressão, considera-se que devam também agir no sentido de preveni-la, atuando sobre os indivíduos sentenciados em regime fechado. Essa atuação, no entanto, não pode apresentar-se restrita apenas ao seu caráter punitivo. Ao contrário, para que possa existir dentro de uma perspectiva reabilitadora deve centrar os seus esforços no sentido da prevenção da reincidência.

Por fim, acredita-se que o sistema penitenciário não pode renunciar ao seu caráter preventivo em detrimento da punição pela punição, sob pena de vislumbrar uma existência caótica e ineficiente em seus propósitos básicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, E.T.D.M. A Dúvida da Continuidade dos Estudos Universitários: uma questão adolescente. São Paulo: Cabral Editora Universitária, 1997.

GOFFMAN, E. Manicômios, Prisões e Conventos. São Paulo: Editora Perspectiva, 1974.

LANE, S.T.M. & CODO, W. Psicologia Social - O Homem em Movimento. 13ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

CARE FOR CHILDREN AN ADOLESCENTS INSTITUCIONALIZED: REFLECTIONS ABOUT THE INSTITUTIONAL EXPERIENCE OF THE FAMILY AND OF FORENSIC PSYCHOLOGY SERVICE

Claudia ANAF; Ivone PATRÍCIO; Gislene MAGALHÃES; Raquel POLICELLI; Renata FERREIRA; Valéria CAMARGO

ANAF, C.; PATRICIO, I.; MAGALHÃES, G.; POLICELLI, R.; FERREIRA, R.; CAMARGO, V. Care for children an adolescents institucionalized: reflections about the institutional experience of the family and of forensic psychology service. *Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.*, v. 3, n. 1, p. 23, may./nov., 1998.

Summary of research done as forensic psychologists, issuing the shelter of abandoned and deprived children, on the consequent familiar separation and what they experience in this institution. Research understood also by the Childhood and Youth Law. The study was done with 40 children from 7 to 12 year old, selected from 148 lawsuits from the Court of São Paulo State. The material utilized was projective tests and interviews, applied on shelter where the children were. Among the results from the research we found out that 52,5% maintained the familiar vinculation trough the visits. The highest abandon index occurred on children sheltered by their families. The girls performed a better social life then the boys. The subjects had a basic family image preserved, learned and internalized the institution routine, and stablished an relationship with judiciary power mainly trough the judge's an institution's images. In conclusion the research reassured the need to extend the intervention mechanisms attach to the shelter institutions, to the families and to the children, aiming to maintain, mainly, the stability and the meaning from the childhood universe.

KEYWORDS: Childhood, Shelter, Law.

ATENDIMIENTO A NIÑOS Y ADOLESCIENTES INSTITUCIONALIZADOS: REFLEXIONES SOBRE LA VIVENCIA INSTITUCIONAL DE LA FAMILIA Y DEL SERVICIO DE PSICOLOGIA FORENSE

Claudia ANAF; Ivone PATRÍCIO; Gislene MAGALHÃES; Raquel POLICELLI; Renata FERREIRA; Valéria CAMARGO

ANAF, C.; PATRICIO, I.; MAGALHÃES, G.; POLICELLI, R.; FERREIRA, R.; CAMARGO, V. Atendimento a niños y adolescentes institucionalizados: reflexiones sobre la vivencia institucional de la familia y del servicio de psicología forense. *Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.*, v. 3, n. 1, p. 23, mai./nov., 1998.

Sumario de pesquisa hecha como psicologos forenses, habiendo como temas la protección de niños en situacion de abandono y carencia ,y la conseqente separacion familiar y lo que esos sienten en esas instituciones. Pesquisa comprendida también por el Estatuto de lo Niño y del Adolescente. La muestra estava constituido de 40 niños entre 7 y 12 años, seleccionados de 148 autos de la Vara Central de Infância y Juventud. El material utilizado fueron testes proyectivos y entrevistas, aplicados en los albergues donde estavan los niños. Entre los resultados de la pesquisa se verifico que 52,5% mantenían la vinculación familiar através de las visitas. El mayor índice de abandono se dió en los niños acogidos por los familiares. Las niñas mostraron una representación más amplia de la vida social que los niños. Los sujetos tenían imagen básica de familia preservada, aprendiam e internalizavan la rotina de la institución, y establecian una relación con el poder judiciário principalmente por las imagenes del fórum e del juez. Concluyendo, la pesquisa confirmó la necesidad de ampliar los dispositivos de intervención junto a las instituciones de abrigo, a las familias e a los niños, con el objetivo de mantener, principalmente, la estabilidad y la significación del universo infantil.

PALABRAS CLAVES: Niñez, Acogimiento, Ley.

ATENDIMENTO A CRIANÇAS E ADOLESCENTES INSTITUCIONALIZADOS: REFLEXÕES SOBRE A VIVÊNCIA INSTITUCIONAL DA FAMÍLIA E DO SERVIÇO DE PSICOLOGIA FORENSE

Claudia ANAF¹
Ivone PATRÍCIO²
Gislene MAGALHÃES³
Raquel POLICELLI⁴
Renata FERREIRA⁵
Valéria CAMARGO⁶

ANAF, C.; PATRICIO, I.; MAGALHÃES, G.; POLICELLI, R.; FERREIRA, R.; CAMARGO, V. Atendimento a crianças e adolescentes institucionalizados: reflexões sobre a vivência institucional da família e do serviço de psicologia forense. *Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.*, v. 3, n. 1, p. 24-32, mai./nov., 1998.

Trechos de relatório de pesquisa elaborado a partir da atuação como psicólogos forenses, tendo como temas o acolhimento de crianças diante do abandono e da carência; a conseqüente separação familiar e as vivências em instituições de cuidado integral. Tema compreendido também a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente. A amostragem constituiu-se de 40 crianças de 7 a 12 anos, selecionadas de 148 autos da Vara Central de Infância e Juventude. O material utilizado foi testes projetivos e entrevistas, aplicados nos abrigos onde estavam as crianças. Dentre os resultados da pesquisa verificou-se que 52,5% mantinham a vinculação familiar através de visitas. O maior índice de abandono deu-se nas crianças acolhidas pelos familiares. As meninas apresentaram uma representação mais ampla da vida social do que os meninos. Os sujeitos possuíam imagem básica de família preservada, aprendiam e internalizavam a rotina da instituição, e estabeleciam uma relação com o poder judiciário principalmente pelas imagens do fórum e do juiz. Concluindo a pesquisa reafirmou a necessidade de ampliar os dispositivos de intervenção junto às instituições de abrigo, às famílias e às crianças, visando manter, principalmente, a estabilidade e a significação do universo infantil.

UNITERMOS: Infância, Acolhimento, Lei.

Este trabalho apresenta excertos de uma pesquisa sobre o tema realizada dentro de um serviço de psicologia das Varas de Infância e Juventude em São Paulo.

Esta pesquisa foi realizada em dez diferentes instituições de abrigo para crianças carentes/abandonadas, abarcando um total de 40 crianças, cujas entrevistas e resultados dos testes foram analisados e incluídos de acordo com critérios de faixa etária.

A manutenção de estabilidade do mundo interno das crianças (seu sentimento de segurança básico) deveria ser o objetivo primordial de todo e qualquer projeto ou prática das instituições de acolhimento. O sentido da vida da criança institucionalizada - assim como o de qualquer outra - não pode se subordinar a nada que não preveja seu melhor desenvolvimento, para a melhor qualidade de vida possível. Portanto, nenhum aspecto desta vida poderia estar subordinado a crenças ou

¹ É psicóloga judiciária; membro da Associação Iberoamericana de Psicologia Jurídica; supervisora de estágio na Faculdade de Psicologia das FMU.

² É psicóloga judiciária na Vara de Infância e Juventude; coordenadora e relatora da pesquisa

³ É psicóloga judiciária na Vara de Infância e Juventude

⁴ É psicóloga judiciária na Vara de Infância e Juventude

⁵ É psicóloga judiciária chefe na Vara de Infância e Juventude

⁶ É psicóloga judiciária na Vara de Infância e Juventude

ideologias que, muitas vezes, mudam a cada nova administração, a cada novo funcionário ou voluntário das instituições. Entretanto, como expressa Altoé (1990, p. 92), "ainda persiste uma imagem de um cotidiano institucional, onde a disciplina e o controle são os fatores mais evidentes na organização deste cotidiano."

Entretanto compreendemos que a "Obra", o "Internato", a "Casa" (termos que comumente denominam as instituições de que falamos), ocupa um lugar de fundamental importância, o do "Outro". Torna-se depositária tanto das expectativas da sociedade, no que diz respeito a ser responsabilizada pela "salvação" e formação de crianças, quanto dos afetos infantis que originalmente foram ou seriam colocados nos genitores ou familiares próximos. Considerando a visibilidade social destas entidades (concretas), sua unicidade (são individuais enquanto estabelecimentos) e existência jurídica, percebemos que elas são passíveis de facilmente se tornar responsável por um frequente fracasso na socialização das crianças.

Socializar não deveria ser sujeitar a criança a determinadas ideologias (como a crença de que ambiente familiar é sempre superior a qualquer outro ambiente) ou a ordens burocráticas. Socializar é capacitar para o exercício da cidadania; que fala de direitos e deveres e que exige mais do que a sujeição dos corpos. Assim, é preciso que o gerenciamento do acolhimento de crianças tenha como diretriz básica o interesse das próprias crianças, levando em conta sempre as condições especiais que determinaram a institucionalização. Isto para que as vivências institucionais - somadas a um passado em geral dramático, pleno de separações e abandono - não tragam como consequência uma nítida dissociação entre experiência e linguagem.

Remetendo-nos ao Estatuto da Criança e do

Adolescente (1990) vemos que ele visa a normatização dos cuidados para com a infância e juventude, de forma a garantir-lhes as melhores condições para seu desenvolvimento, principalmente mediante o pressuposto fundamental da proteção integral à infância. Duas são as principais instituições sociais que se responsabilizariam por tal proteção: A família e a instituição de acolhimento. Assim como nas famílias os pais são responsáveis pela proteção necessária à infância, também nas instituições seus funcionários ou agentes igualmente se tornam responsáveis pelas crianças que abrigam. Por esta abordagem, o Estatuto acaba por definir os objetivos e deveres de tais instituições, e a qualificação necessária para a adequada condução da vida das crianças pelas quais passam a se responsabilizar.

Em seu contexto mais geral, o Estatuto destaca a ideologia de que a família, adotiva ou biológica, possibilita à criança o melhor meio para seu desenvolvimento. É sabido que a família no imaginário da sociedade, ocupa tal posição. A família, como a organização ideal para a criança tornar-se adulta, está no imaginário. Nós igualmente partilhamos tal concepção, no que diz respeito a famílias suficientemente adequadas. Entretanto, especialmente ao considerarmos o atendimento prestado à infância via Judiciário, vemos que inúmeras são as famílias cujo cotidiano não corresponde a este imaginário. E é exatamente esta a realidade que requer nossa intervenção e a das instituições de acolhimento.

Tais questões são fundamentais na interpretação que se pretende dar à Lei: ela é representante de um discurso imaginário em seu ponto de intersecção com o Simbólico. Assim, o Estatuto se estabelece desde um marco, possibilitando a inserção da "falta", que portanto não precisa permanecer totalmente

desconhecida. Ele comporta o drama de crianças incompletas - a parte da incompletude que estabelece a subjetividade, o homem da Cultura - que não poderão reaver a convivência familiar. Daí sua função de interditar, desfazer a relação dual imaginária criança/instituição, pela ênfase na necessária inserção social desta criança. É também instrumento de apresentação de possibilidades de "nomeação" (modelos identificatórios): o resgate do significante abandono através da manutenção/preservação da história de vida das crianças; a colocação em família substituta ou a permanência institucional como consequência de uma afirmação definitiva do abandono inicial e uma substituição que seja apoiada numa falta, mas que instaure uma "presença" e não a manutenção de um ideal familiar ilusório ou de uma instituição inviável.

Vejamos o que diz o Estatuto sobre a "política de atendimento":

Art.92. - "As entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I - preservação dos vínculos familiares;
- II - integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III - atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV - desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V - não desmembramento de grupo de irmãos;
- VI - evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII - participação na vida da comunidade local;
- VIII - preparação gradativa para o desligamento;
- IX - participação de pessoas da comunidade no processo educativo."

Art. 94. - "As entidades que desenvolvem programas de internação tem as seguintes obrigações entre outras:

- III - oferecer atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos;
- IV - preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade ao adolescente;
- V - diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares;
- VI - comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares;
- X - propiciar escolarização e profissionalização;
- XIII - proceder o estudo social e pessoal de cada caso;
- XIV - reavaliar periodicamente cada caso, com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;
- XV - informar, periodicamente cada caso com intervalo máximo de seis meses, dando ciência dos resultados à autoridade competente;
- XVIII - manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos;
- XIX - providenciar os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem;
- XX - manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do adolescente, seus pais ou responsável, parentes, endereços, sexo, idade, acompanhamento de sua formação, relação de seus pertences, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento."

O Artigo 92 trata das entidades de abrigo e o 94 da entidades de internação. Percebemos que, quanto às entidades de abrigo, há uma referência ao que está fora: a família e a comunidade. O afeto aqui aparece sob a forma

"preservação dos vínculos familiares". É de fato a referência ao ideal familiar, aos pais e mães externos e, também, as experiências vividas anteriormente pelas crianças. Não vemos aqui - na Lei - a nosso entender, a instituição identificada totalmente com a ideologia familiar, a não ser no sentido de um lugar de passagem. A instituição substitui em parte as funções familiares, mas há uma demarcação clara, pelo menos teoricamente (já que na prática é necessário verificar se isto é de fato possível) : afeto, vínculos e futuro pertencem a família. Co-educação (compartilhada portanto com a comunidade e a família) e manutenção da integração social, cabem à instituição. A organização familiar determinaria, em parte, o funcionamento dos programas institucionais, mas não necessariamente, haveria uma anulação de um ideologia institucional - aqui entendemos que deva existir em algum ponto da realidade, uma ideologia institucional que, articulada à da família (ambas sociais), distancia-se dela justamente para devolver-lhe posteriormente seus "objetos próprios" (no caso, as crianças), por uma relação de, efetivamente, três elementos: a família, a Instituição e a criança. Assim, não caberia à Instituição suprir sua clientela de um novo contexto social, senão mantê-la vinculada a seu original. Resta saber como a instituição engendra meios para operacionalizar tal objetivo e a partir de quais referenciais.

Quanto a entidade com programas de internação, percebemos alguns fatores interessantes e complementares à análise anterior. A questão do afeto é desfocada, assim como a do "retorno ao convívio familiar". Não sabemos a princípio como se deva situar uma família que não voltará a existir, a não ser em algum ponto do discurso (imaginário ou simbólico) institucional ou dos adolescentes. Daí a necessidade de se preservar a memória: os dados, relatórios, históricos, objetos. É

através da história que se preservará a ideologia familiar e se procurará "dar um salto" para o convívio social, principalmente através da educação - muito mais instrutiva que afetiva e muito mais voltada a uma inserção macro-social. Seria função desta entidade suprir efetivamente a falta de vínculos, seja preservando-os, seja resgatando-os. Em um primeiro momento nos parece que a articulação possível seja a do tempo-futuro (e não mais do tempo passado).

Como nos esclarece Marin (1988, p. 20), "a possibilidade de se situar neste contexto de saber de onde se veio, porque não se tem tudo, qual é o espaço determinado para si e para os outros, muitas vezes é negado pela própria ideologia de que um dia... se teu pai e tua mãe ficarem legais e voltarem para te buscar, se tiverem mais verbas, se pudéssemos garantir um atendimento mais parecido como o de uma casa de família, se uma família legal te adotar, então... você será feliz e terá tudo que quer".

Muitas vezes, na operacionalização de programas, a Lei incorpora o imaginário sem reservas e, muitas vezes, o imaginário - cuja expressão corresponde, em parte, ao que chamamos opinião pública - pode se tornar rígido, estratificado, como se fosse uma Lei. Por isso, especialmente no que diz respeito as situações que envolvem a infância, a ideologia da superioridade inquestionável da família deve ser cuidadosamente relativizada. Tal ideologia não deve ser tomada como uma Lei e, neste ponto, o Estatuto traz a necessária ponderação que se origina nas situações de fato. A verdade de que nem sempre a família é o melhor meio de convivência para a criança, se concretiza quando famílias se envolvem em situações que as fazem perder o pátrio-poder ou quando se negam a exercê-lo. À parte tais situações concretas, ainda é preciso questionar o alcance da ideologia que envolve as funções da família,

no âmbito das próprias instituições de acolhimento. O lugar que o Estatuto delimita para as instituições de acolhimento é também um lugar de permanência, para a criança cujas possibilidades de retorno ao convívio familiar foram esgotadas. É um lugar necessário e também desejado como um outro recurso, potencialmente adequado para o cuidado integral para com a infância. É preciso resguardar as diferenças entre instituições de acolhimento provisório e de acolhimento definitivo, considerando sempre a especificidade da história pregressa e atual da criança que se quer proteger. É preciso que as instituições, que acolhem crianças que crescem distantes de famílias, não sejam vistas com preconceito, inclusive pelos próprios agentes institucionais que, como parte da opinião pública, acreditam que às crianças institucionalizadas coube um destino de "segunda classe" e que nada do que seja feito será suficiente, pois não há uma família - o que seria o ideal. Cabe sempre a revisão das ideologias do senso comum para que as funções institucionais não sejam prejudicadas; para que os diferentes objetivos que deveriam permear suas práticas (seja a manutenção de vínculos familiares, a aproximação de uma criança e uma nova família ou a estabilização e vinculação da afetividade infantil por meio das vivências institucionais) não sejam perdidos. A consequência da alienação em relação a estas questões é a manutenção de programas institucionais totalmente desvinculados das necessidades - diferenciadas - das crianças acolhidas.

Quanto à nossa atuação no serviço de psicologia da Vara de Infância e Juventude foi necessário dispormos de meios para uma escuta técnica que nos possibilitasse ouvir o que as crianças podem ou tem a nos dizer a respeito de sua relação com as três Instituições a que nos referimos (família, estabelecimentos de

abrigo, judiciário). Também deveríamos chegar a uma instrumentalização, a fim de (re) situarmos nossas relações de auxílio a estas mesmas Instituições e às crianças internas.

Nossos objetivos correspondem então, a duas vertentes:

1) a verificação da viabilidade de novas abordagens ou atribuições possíveis quanto a intervenção do Serviço Técnico de Psicologia da Vara de Infância e Juventude, utilizando como embasamento os resultados desta pesquisa.

2) relacionar contextos facilitadores de um processo de (re)socialização, cujo fundamento seja a capacitação das crianças institucionalizadas, para a construção de uma identidade a partir das relações institucionais (entre e com a família, o Serviço de Psicologia e as entidades de abrigo). Operacionalizamos este objetivo com um dispositivo que denominamos "diagnóstico situacional", envolvendo variáveis que possibilitassem a identificação de fatores importantes na relação criança/instituição; variáveis estas relacionadas a representações de tempo (antes, durante e após a internação, de espaço (dentro e fora da instituição) e de identidade - especialmente pelo estudo das relações possíveis entre as crianças e as Instituições.

Testes projetivos gráficos e entrevistas semi-dirigidas foram os dois tipos de instrumentos utilizados em nossa pesquisa de campo para a apreensão de expressões/representações gráficas e verbais. Consideramos que o estabelecimento de uma via de comunicação entre nós (pesquisadoras) e as crianças, seria facilitada pelo uso do desenho. Compreendemos que uma inibição natural poderia ocorrer nas crianças frente a um primeiro e breve contato com as pesquisadoras

(pessoas estranhas a elas). Também, que a utilização da linguagem de forma a expressar conteúdos mais profundos ou complexos poderia não ser possível ou ser dificultada, seja pela escassez de estímulos constantes neste sentido, seja por condição própria da idade das crianças entrevistadas. As três variantes desta possível dificuldade de verbalização - incapacidade natural, baixa estimulação do meio e desinteresse ou indisposição - nos levaram então a recorrer ao uso do desenho como instrumento complementar ou estimulador. Paralelamente, tais desenhos seriam utilizados para a obtenção de uma série de dados relativos a apreensão de modelos do mundo objetivo (índices de processos adaptativos); a mecanismos de identificação e expressão (influência da realidade subjetiva presente no desenho) - de acordo com os fundamentos teóricos e práticos que os validam enquanto testes projetivos.

O procedimento inicial de seleção dos sujeitos participantes da pesquisa, consistiu na consulta aleatória a processos em trâmite na Vara Central de Infância e Juventude, perfazendo um total de 198 autos envolvendo crianças e adolescentes institucionalizados, de diferentes faixas etárias. Mediante esta consulta, identificamos as crianças, registramos suas idades, sexo e tempo de internação e listamos as instituições onde se encontravam abrigadas. Selecionamos então, aquelas na faixa etária de 7 a 13 anos, com uma vivência mínima de três meses de internação (a fim de que a amostra fosse composta de crianças com pouca e outras com muita vivência institucional).

A amostragem final constituiu-se de 40 crianças na faixa etária de 7 a 12 anos, sendo 19 meninas e 21 meninos.

A coleta dos dados foi realizada nas instalações onde se encontravam as crianças. Solicitamos aos responsáveis um local, onde pudessem estar unicamente a criança e a aplicadora. Cabe esclarecer que quando a pesquisadora se apresentava à criança, se identificava como psicóloga da Vara de Infância e Juventude.

Dos dados obtidos, incluímos no relatório somente aqueles considerados de maior importância para o escopo da pesquisa, os que foram mais indicativos de relações ou noções internalizadas e projetadas nos desenhos, quanto ao espaço, tempo, identidade e Instituições já citadas.

Da nossa mostra, a denúncia verificada, era a forma de encaminhamento para abrigo de maior incidência, 35% dos casos. A porcentagem é praticamente a mesma para os casos em que os responsáveis solicitam a internação, 32,5%. Um cruzamento entre estas porcentagens e o recebimento ou não de visitas por parte dos familiares após a internação dá-nos uma imagem interessante a respeito da vinculação ou desvinculação que, a princípio, as quatro categorias (denúncia, responsáveis, terceiros, abandono) poderiam supor. Percebemos que, apesar da denúncia ser o tipo de encaminhamento mais frequente é também o que apresenta menor grau de desvinculação familiar. Quanto à internação por responsáveis, há um aumento natural de casos em que os familiares deixam de visitar após a internação. Porém em uma parcela destes casos, alguns familiares permanecem mantendo vínculo com as crianças. Não há equivalência entre internação/separação e perda total das referências parentais. O abandono parece se configurar de uma forma definitiva apenas nos casos de internação por terceiros. Nenhuma

criança internada por esta via recebe visita após a internação, em nossa amostragem. Observa-se que a distribuição das visitas é independente do tempo de internação. Portanto, tanto crianças há pouco, quanto há muito internadas, recebem visitas de seus familiares.

Apenas 20% das crianças passaram por momentos que se caracterizam por desinternações, o que contrasta com o índice de 52,5% que recebem visitas. No caso, 30% das crianças recebem visitas, mas nunca foi tentado um retorno ao lar - o que nos leva a pensar que não ocorreram as modificações necessárias para o reenvio da criança ao convívio familiar.

Uma das principais constatações possíveis quanto ao termo genérico família, é de que as imagens são preservadas, seja na expressão gráfica, na fala das crianças, ou no cotidiano institucional (as visitas). O momento em que tal imagem se forma, pode remontar ao passado - a vivência ou a lembrança da família de origem - ou ao presente - quando o que se diz ou se mostra desta família ou de outra, é repetidamente ouvido e visto pela criança e vinculado a seus afetos ou recordações. Todas as crianças (mesmo aquelas há muito internadas, sem visitas) reproduzem estas imagens no desenho ou fala. Algumas crianças dão indícios claros de uma negação em focalizar o tema. A família nuclear completa constitui-se na imagem mais presentificada pelas crianças diante da instrução: "desenhe uma família" 47,4% das crianças entrevistadas, que é também o modelo esperado quanto à constituição das relações de filiação.

Das histórias contadas pelas meninas, destacam-se algumas tematizações: a) a dos papéis sociais de cada membro ou da família; b) da própria história real da relação familiar interrompida pela separação; c) da adoção desejada. Os meninos apresentam histórias

relativas ao ideal dos papéis sociais de uma família. Reconhecemos no mundo interno das crianças uma área onde a divisão família-instituição não é clara; a instituição aparece parcialmente no lugar da família (seja no desenho, na história ou no "silêncio"). A porcentagem de crianças que representam a imagem da instituição como a de uma família, corresponde a 10% dos casos.

Partindo deste ponto de intersecção, procuramos outras imagens da instituição, não diretamente associadas às imagens da família. A imagem da instituição apareceu, quando de um pedido de representação de uma família ou de uma história sobre esta, como a descrição de uma rotina. Parece que por não haver outra coisa que apareça frente ao significante família, surgem os significantes do cotidiano institucional.

A imagem da instituição equivaler à descrição de rotinas, é um sinal de que a criança aprende esta rotina e a internaliza.

Por que as crianças estão na instituição?

Os motivos alegados são os mais diversos. Muitas crianças enumeram mais de um motivo e a fala mais representativa, é: "Devem ter algum problema". A falta de moradia aparece correlacionada à casa que geralmente falta à criança, à mãe. Podemos ver que todos esses casos situam a instituição como lugar alternativo à falta do que seria a família e suas funções.

Quanto às imagens do judiciário, verificamos que as crianças utilizam-se basicamente de dois significados: o Fórum e o Juiz. Se elas necessitam de referências concretas bem estabelecidas em seu mundo de representações da vida (por estarem na latência), é esperado

que o lugar físico e a figura de autoridade (juiz), sejam suficiente para ocupar lugares funcionalmente semelhantes aos da Casa e dos pais.

Assim, quantitativamente, as representações espontâneas deste "terceiro termo"- judiciário- se assemelham a de um outro terceiro termo - o pai. É interessante que a escola também apareça como presença marcante no cotidiano dessas crianças, mediando a relação criança-instituição.

Todas as representações sobre as relações da criança com a instituição representante da justiça, aparecem concentrados em dois momentos: estórias sobre o desenho da família e nas respostas à primeira pergunta da entrevista final (Por que você acha que as crianças moram aqui?).

Conclui-se que o Juiz é para as crianças, o representante máximo, da autoridade, ou das situações que envolvem ir ao Fórum. Entretanto, resta salientar que nenhuma criança se refere espontaneamente a algum outro representante deste mesmo lugar ou das situações ali vividas. Isso nos leva a questionar se de fato temos aproveitado plenamente não somente o espaço que temos para o atendimento a estas crianças, como também a própria força que caracteriza as representações que elas são capazes de organizar sobre fatos básicos de sua situação sócio-familiar ou jurídica, ou sobre sua dependência das decisões que se dão no âmbito do Fórum.

Finalizando nosso relatório demarcamos a importância de duas condições para a organização da nascente subjetividade infantil. A estabilidade e a significação da história desta vida relacional. A estabilidade e a participação nas decisões de "descontinuar" (ainda que não

deliberativas) são essenciais para que a criança veja utilidade na aquisição de uma linguagem.

Podemos chegar a um paralelo entre família e instituição (como lugar de permanência, de estabilização e de significação de vida). Ambas com um mesmo objetivo: o necessário cuidado e proteção à infância.

Altoé utiliza o termo "serialidade" para estabelecer uma diferenciação entre a realidade da massificação e a dos grupos. Se os internos são tratados como série não podem ser um grupo. A serialidade pressupõe a diluição das características individuais.

Para a inserção na sociedade, a criança precisa daquelas características e aptidões que só a participação em grupos pode garantir. A urgência para a solução de problemas de sobrevivência faz com que predomine a serialidade no cotidiano das crianças internadas. É preciso encontrar soluções para reformular antigas práticas, respeitando os direitos adquiridos bem como os limites e possibilidades reais.

A pesquisa demonstrou adultos que desconhecem e até punem as manifestações de afeto e desejo infantil. Resta-nos sugerir que tais manifestações sejam permitidas, ouvidas, aproveitadas e atendidas.

Para que as instituições de acolhimento sejam reconhecidas como lugar de formação, há uma infinidade de grupos que podem se formar: grupos de crianças que se reúnem para ouvir e contar estórias (transformando seus medos e dúvidas em personagens e situações), grupos que podem desenhar livremente, de recreação dirigida mas também com atividades livres, grupos que dispõem de doses crescentes de liberdade para organizarem seu próprio espaço dentro da instituição (seu quarto, suas coisas),

grupos que comemorem a passagem do tempo (aniversários, fins de semana, etc...), grupos que podem ir ganhando responsabilidades, compreendendo o porquê das normas, adquirindo funções e iniciativa, grupos que se encontram com outros grupos que também convivem em instituições, e outros.

A partir desta pesquisa, reafirmamos a necessidade de ampliar nossos atuais dispositivos (e até objetos) de intervenção junto às instituições de abrigo e junto às famílias e crianças envolvidas em situações que requerem a institucionalização.

A maior parte dos casos possuem um caráter de imprevisibilidade e indeterminação. Porém, a rapidez com que se deve proceder a estabilização das vivências relacionais da criança falam da importância de facilitar e/ou

promover a definição das situações.

A extensa bibliografia relativa à área, coloca a necessidade de aperfeiçoamento teórico e técnico, além de questões relativas à especialização.

A ausência de fala das crianças sobre a figura do técnico do judiciário indica estar próximo ao lugar que elas estavam ocupando em nosso atendimento: "passagem", não totalmente aproveitado.

A criação de Seções Técnicas nas Varas de Infância e Juventude, especializadas em questões relativas à institucionalização é um dos caminhos para a partir deste lugar de passagem alcançarmos um lugar de permanência; permanência da integridade física e psicológica de nossas crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Altoé, S. *Infâncias Perdidas - o cotidiano dos internatos-prisão*. Rio de Janeiro: Editora Xenon, 1990.

Estatuto da Criança e do Adolescente, lei 8069 de 13/7/90.

Marin, I. S. K. *Febem, Família e Identidade (O lugar do outro)*. São Paulo: Editora Babel Cultural, 1988.

THE EXPERIENCE OF BEING PSYCHOLOGY STUDENT

Elaine Teresinha Dal Mas DIAS

DIAS, E.T.D.M. The experience of being psychology student. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 33, may./nov., 1998.

Studies and analyses the interference of the programmatic content of the Psychology course on the student, associating it to the adolescence process. Uses a qualitative methodology to approach the phenomenon. Ss are 4 youth aged 19 - 21 years, third school year student of Psychology course in a private educational institution, and none of them took more than one year to enter college. Accomplishes two interviews for each student; one through a lead question for the apprehension of the experience of being student of Psychology and other to confirm the understanding of the prior. Makes use of the term "Significant Expressions" to designate some locutions expressed by the interviewed that demonstrates a implicit and interpretable meaning. The interviews data indicate: 1) a request of a larger integration between theory and practice; 2) that the programmatic content of the course interferes emotionally with the students, raising doubts about continuing the course; 3) that the programmatic content points to a lack knowledge of a social reality, visible and present; 4) that as youger the student is, larger is the influence of the programmatic content. Concludes that the content of the disciplines in the Psychology course has fundamental importance, because it places the student face to face with the human characteristics, while being normal psychic or pathological, hit himself intellectually and psychologically; points to a lack knowledge of a social reality, causes conflicts and anxieties, creating doubts about continuing the course and needing a moratorium. The student needs a place in the institution where he can be heard and discussing about his conflicts and questions about himself, his course and his universe.

KEYWORDS: Adolescence, Programmatic Content, Psychology.

LA EXPERIENCIA DE SER ESTUDIANTE DE PSICOLOGIA

Elaine Teresinha Dal Mas DIAS

DIAS, E.T.D.M. La experiencia de ser estudiante de psicología. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 33, mai./nov., 1998.

Este trabajo estudia y analiza la interferencia del programa académico del curso de Psicología sobre el estudiante de este curso, a cuál se asocia a los fenómenos de la adolescencia. Es utilizado una metodología cualitativa de abordaje del fenómeno. Los sujetos fueron 4 alumnos adolescentes con edad variando entre 19 y 21 años, cursando el tercer año de Psicología de una institución privada de grado superior; a cuál fue exigido de los participantes el intervalo de un año entre lo término del curso medio y el inicio del grado superior. Fueron realizadas dos entrevistas con cada alumno; una, através de pregunta norteadora con la finalidad de captar la experiencia de ser un estudiante del curso de Psicología y otra, con la finalidad de devolución de la comprensión de la primera. Utiliza el termo "Expresión Significativa" para designar algunas frases del discurso a cuál necesitan atención especial, por apresentaren una significación implícita o oculta, con posibilidad de interpretación. Los resultados revelan: 1) necesidad de integración mayor entre la teoría e la práctica; 2) qué lo programa das disciplinas interfieren psicológicamente con los estudiantes, suscitando dudas a respecto de la continuidad del curso; 3) que la realidad social es desconocida; 4) que cuanto más joven el alumno, mayor la influencia de la programación. Concluye qué lo conteúdo del pograma académico del curso de Psicología tiene fundamental importancia, pues apunta para las características normales o patológicas del ser humano, facto que atinge el alumno emocional e psicológicamente; demuenstra una realidad social desconocida, que suscita conflictos y angustias, culminando con la duda de la continuidad del curso superior, necesitando el alumno adolescente una moratória; y que él estudiante necesita de una escucha peculiar en la propia institución, dónde se puede depositar sus cuestionamientos cerca de su mundo y de sí mismo.

A EXPERIÊNCIA DE SER ESTUDANTE DE PSICOLOGIA

Elaine Teresinha Dal Mas DIAS*

DIAS, E.T.D.M. A experiência de ser estudante de psicologia. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 34-37, mai./nov., 1998.

Estuda e analisa a interferência do conteúdo programático do curso Superior de Psicologia sobre o estudante deste curso, associando-o ao processo adolescente. Emprega uma metodologia qualitativa de abordagem do fenômeno. Os Ss são 4 alunos, com idade variando entre 19 e 21 anos, cursando o terceiro ano de Psicologia em uma instituição particular de ensino superior, cujo intervalo entre o término do segundo grau e o início do curso superior não ultrapassou o período de um ano. Realiza duas entrevistas com cada sujeito; uma, através de questão norteadora para a apreensão da experiência de ser estudante de Psicologia e outra, devolutiva, para confirmação da compreensão da primeira. Emprega o termo “Expressões Significativas” para designar algumas frases dos discursos que exigiam maior atenção, por apresentarem um significado implícito e passível de interpretação. Os dados indicam: 1) um pedido de maior integração entre teoria e prática; 2) que o conteúdo programático das disciplinas interferem psicologicamente com os estudantes, suscitando dúvidas na continuidade do curso; 3) que o conteúdo programático aponta para o desconhecimento de uma realidade social, visível e presente; 4) que quanto mais novo o aluno, maior a influência do conteúdo programático. Conclui que o conteúdo das matérias do curso de Psicologia tem importância fundamental, pois coloca o estudante frente a frente com as características do ser humano, enquanto ser psíquico normal ou patológico, atingindo-o intelectual e psicologicamente; aponta para uma realidade social desconhecida, gerando conflitos e ansiedades, criando dúvidas quanto a continuidade do curso e precisando de uma moratória; e, ainda, que o estudante necessita de um lugar de escuta, na instituição, onde possa depositar e discutir tais questionamentos sobre si mesmo e o seu mundo.

UNITERMOS: Adolescência, Conteúdo Programático, Psicologia.

I - INTRODUÇÃO

1 - EDUCAÇÃO SUPERIOR E ADOLESCÊNCIA

A sociedade contemporânea não permite ao homem de final de milênio, o tempo e o espaço necessários para o seu desenvolvimento e crescimento, já que muito pouco de sua singularidade é considerada. Evidentemente, uma parte desta mesma sociedade preocupa-se com estes fatores. E por que essa ótica? Porque este homem tem uma vida interior que por vezes o leva ao sofrimento. O homem não almeja apenas poder e saber. Almeja também a saúde mental e se lhe dermos a oportunidade de

compreender porque não é feliz, estaremos colaborando com seu crescimento psicológico, com seu desenvolvimento enquanto ser.

A adolescência é o período do ciclo vital considerado intermediário e mais conflituado. Período em que muitas decisões deverão ser tomadas, encaminhando o indivíduo para a maturidade. O vocábulo “adolescência”, segundo MUUSS (1973), deriva do latim “adolescere” e significa crescer ou crescer até a maturidade, fato que pode significar uma longa trajetória, já que esta é individual, varia de cultura para cultura, de sociedade para sociedade, e de grupo econômico para grupo econômico.

* É mestre em Psicologia pela IPUSP e professora de Psicologia Educacional e Psicologia do Excepcional na Faculdade de Psicologia das FMU

Alguns autores, entre eles KALINA (1974), MUUSS (1973), mostram que em determinadas culturas, principalmente nas primitivas, ocorre uma continuidade educacional e social que facilitam o ingresso do adolescente no mundo adulto.

A carreira profissional é uma das escolhas que o adolescente deve realizar para inserir-se no mundo adulto. Alguns jovens sabem, desde sempre, a carreira que seguirão; outros escolhem a carreira dos pais; outros ainda, escolhem uma carreira universitária descaracterizada, mas principalmente, escolhem quem desejam ser e quem não desejam ser.

BOHOSLAVSKY mostra que a identidade ocupacional pode ser pensada como um aspecto da identidade pessoal, e, portanto, influenciada pela contínua interação entre fatores internos e externos à pessoa. Os problemas vocacionais devem ser compreendidos, então, como questões de personalidade “determinados por falhas, obstáculos ou erros das pessoas, no alcance da identidade ocupacional” (1979, p.55). Neste sentido, identidade vocacional é entendida como “expressão e síntese das sobredeterminações subjetivas”(id., ibid, p.61), determinada por circunstâncias da história do sujeito, isto compreendido em termos de relações com objetos primários externos e internos.

ABERASTURY (in ABERASTURY & KNOBEL, 1970) e BOHOSLAVSKY (1979) consideram que uma escolha madura é aquela que depende do interesse daquele que escolhe, que busca suas reais aspirações e da elaboração dos lutos que deve realizar e não de sua negação.

A escolha de uma carreira profissional é, portanto, para muitos jovens, um momento de intensas dúvidas que pode tornar-se uma vivência central deste período de vida, já que

envolve o indivíduo por completo, intelectual e psicologicamente.

ANGELINI (1975) questionou o porquê do grande interesse pela Psicologia, além da questão de ascensão social. Para tanto, elaborou algumas hipóteses explicativas: possibilidade de trabalho autônomo; fugas das profissões tradicionais como medicina, engenharia e advocacia; o estudo da Psicologia como meio de solução de problemas pessoais.

“Aparentemente, Psicologia é uma área de fácil acesso, podendo ser procurada por pessoas que estejam em momento de reorganização de vida” (LEHMAN, 1988, p.157), que buscam novos caminhos, objetivos e/ou soluções, fazendo do próprio curso um lugar terapêutico.

II - METODOLOGIA

1 - OBJETO

O terceiro ano, nos cursos de graduação com mais de quatro anos de duração, é popularmente considerado o ano decisivo para sua continuidade ou interrupção; é o ano no qual parece configurar-se para o estudante a possibilidade de ser ou não ser o profissional que a carreira escolhida determinará; aparentemente, é o marco transicional entre a adolescência e a vida adulta.

O objeto de estudo deste trabalho é a influência do conteúdo programático do curso de Psicologia sobre o jovem universitário de uma instituição particular. Como será essa influência? Quais os seus conteúdos? Em que o estudo da adolescência pode colaborar para essa compreensão? Em que estes esclarecimentos podem contribuir para a compreensão do jovem nesta situação?

2 - SUJEITOS

Como “só há fenômeno psicológico enquanto houver um sujeito no qual ele se

situa” (MARTINS., 1989, p.75), o estudante universitário de Psicologia determinou os sujeitos deste trabalho. THIOLENT(1986) define esta escolha como intencional.

ALVES assinala a importância da “imersão do pesquisador no contexto, em interação com os participantes, procurando apreender o significado por eles atribuídos aos fenômenos estudados” (1991, p.55). Com esse enfoque foi que escolhi a escola de Ensino Superior privada, porque é onde estão minhas experiências enquanto professora de Psicologia. Convidei os alunos (apresentaram-se 14 alunos) a participarem como sujeitos de pesquisa, informando que realizaria entrevistas gravadas. Estas foram realizadas na própria instituição, após o término das aulas. A duração das mesmas variou entre 10 e 15 minutos, e a receptividade dos sujeitos ao tema foi boa.

Escolhi quatro entrevistas, pois foram as mais representativas para os objetivos do estudo.

3 - PROCEDIMENTO

MARTINS (1989) mostra que a pesquisa qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que estuda, sem empregar a precisão numérica, para fenômenos não passíveis de estudos quantitativos, tais como angústia, ansiedade, medo, etc.

A influência do conteúdo programático dos cursos de Psicologia sobre o aluno é um desses fenômenos, portanto, acredito que a metodologia mais adequada, seja a abordagem qualitativa de pesquisa. Busco sua compreensão, enquanto fenômeno situado no indivíduo que vivencia/experiencia.

Após a delimitação do objeto de estudo, dos sujeitos e da metodologia, fui a campo e realizei algumas entrevistas experimentais, para verificação da adequação das mesmas ao

presente trabalho. Optei por realizar uma segunda entrevista, que denominei Entrevista Complementar, com o intuito de devolver ao entrevistado minha compreensão da descrição do fenômeno.

III - ANÁLISE

CHIZZOTTI (1991) aponta para a necessidade em se encontrar o significado manifesto e o que permaneceu oculto nas descrições dos entrevistados. Procurei, portanto, compreendê-los através de escuta atenta e perscrutável, dando atenção para a influência do conteúdo programático, e ressaltando as Expressões Significativas (ES), introduzido por DIAS (1995), que objetivam designar algumas frases do discurso que exigem maior atenção, por apresentarem um conteúdo implícito e oculto, que pedem uma compreensão ou uma interpretação.

IV - RESULTADOS

A análise do conjunto das entrevistas revelou:

- 1) um pedido de maior integração entre teoria e prática. Verificado pelas ES
“se tivesse a prática acho que seria ótimo”
“tem muita teoria e pouca prática”
“puxa se tivesse prática no terceiro ano...”
- 2) que o conteúdo programático das disciplinas interferem psicologicamente com os estudantes, suscitando dúvidas na continuidade do curso. Podendo ser notadas pelas ES
“o curso mexe com a gente; o curso mexe muito”.
“Psicologia não é como Administração”.
“acho que eu devia estudar Matemática”.
- 3) que o conteúdo programático aponta para o desconhecimento de uma realidade social visível e presente. Observa-se nas ES -

“será que eu vivo num sistema que são só problemas?”

“será que não tem nada de bom aqui?”

4) que quanto mais novo o aluno, maior a influência do conteúdo programático. Nota-se pelas ES

“sou muito nova ainda”

“posso ter pouca experiência... posso ser nova ainda”.

V - CONCLUSÕES

O conteúdo das matérias do curso de Psicologia têm um valor e uma importância fundamental, pois colocam o estudante frente a frente com as características do ser humano, enquanto ser psíquico normal ou patológico, nas mais variadas linhas do pensamento teórico.

Se associarmos este momento de reorganização, próprio do período adolescente, com o conteúdo das matérias, teremos um encontro, no mínimo angustiante, pois atingirá o aluno intelectual e psicologicamente.

No que se refere aos questionamentos da ordem do social, o estudante ao se defrontar com uma realidade, muitas vezes só exposta pelo curso superior, e diferente daquela aprendida e cultivada dentro da sua família ou de sua classe social, passa a questionar-se sobre a veracidade daquilo que lhe foi transmitido. Esta questão gera conflitos, porque o estudante depara-se com preconceitos, pré-julgamentos ou determinações que nunca havia percebido em si mesmo ou em sua família, ou não estava preparado para perceber. O conteúdo programático das matérias parecem mobilizar, influenciar e interferir psicologicamente no estudante determinando a necessidade de uma *moratória*, um tempo para pensar e refletir sobre tais questões.

O espaço fornecido pelas entrevistas mostrou-se eficaz como “lugar de escuta” (DIAS, 1995) para as dúvidas e dificuldades possibilitando, em alguns casos, elaboração de sentimentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MUUSS, R. - Teorias da Adolescência. Belo Horizonte, MG: Interlivros, 1973, 175p

KALINA, E. & LAUFER, H.. - Aos Pais de Adolescentes. Rio de Janeiro, RJ: Editora Cobra Norato, 1974, 64 p.

BOHOSLAVSKY, R. - Orientação Vocacional. São Paulo, SP: Livraria Martins Fontes Ed. Ltda, 1979, 221p.

ABERASTURY, A. & KNOBEL, M. - Adolescência Normal. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1970, 92p.

LEHMAN, Y. P. - Aquisição de identidade vocacional em uma sociedade em crise: dois momentos na profissão liberal. São Paulo, SP,

1988, 328p. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia, USP.

ANGELINI, A. L. Aspectos atuais da profissão do psicólogo no Brasil. Boletim de Psicologia, São Paulo, SP, 26(69):31-39, jul.-dez. 1975.

MARTINS, J. & BICUDO, M. A. V. - A Pesquisa Qualitativa em Psicologia: fundamentos e recursos básicos. São Paulo, SP: Editora Moraes Ltda, 1989, 110p.

THIOLLENT, M. - Metodologia da Pesquisa-Ação. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1986, 108p.

ALVES, A. J. - O planejamento de pesquisas qualitativas em Educação. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, SP, (77):53-61, mai., 1991.

CHIZZOTTI, A. - Pesquisa em Ciências Humanas e

DIAS, E.T.D.M. A experiência de ser estudante de psicologia. **Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.**, v. 3, n. 1, p. 34-37, mai./nov., 1998

Sociais. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1991, 164p.

universitários:uma questão adolescente. Taubaté, São Paulo: Cabral Editora Universitária, 1995, 99p.

DIAS, E.T.D.M. - Adúvida da continuidade dos estudos
Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U.
v. 3, n. 1, p. 1-40, mai./nov., 1998.

Índice de Assuntos

KEYWORDS
PALABRAS CLAVES
UNITERMOS

KEYWORDS		PALABRAS CLAVES		UNITERMOS	
Adolescence	33	Acogimiento	23	Acolhimento	24
Childhood	23	Adolescencia	33	Adolescência	34
Graduation	12	Encerrada	18	Conteúdo Programático	34
Grammar	07	Formación Académica	12	Detenta	19
Identity	18	Gramática	07	Formação Acadêmica	13
Law	23	Identidad	18	Gramática	08
Prisioner	18	Ley	23	Identidade	19
Professional Life	12	Niñez	23	Infância	24
Programmatic Content	33	Práctica Psicológica	12	Lei	24
Psycholinguistic	07	Programa Académico	33	Psicolingüística	08
Psychological Practice	12	Psicolingüística	07	Psicologia	34
Psychology	33	Psicologia	33	Prática Psicológica	13
Rules	07	Reglas	07	Regras	08
Shelter	23	Subconsciente	07	Subconsciente	08
Subconscious	07	Vida Profesional	12	Vida Profissional	13
Violence	18	Violência	18	Violência	19

NORMAS

A Revista PSIKHÊ - Revista da Faculdade de Psicologia das FMU, obedecerá os padrões para publicação científica. Sendo assim, damos abaixo as normas para entrega do trabalho, que, após a apreciação e aprovação do Conselho Editorial, poderá ser publicado.

A) O artigo deverá ser enviado para:

Faculdade de Psicologia das FMU
Avenida Santo Amaro, 1239 - Vila Nova Conceição
CEP: 04505-002 - SP - Brasil
Tel/FAX: 822-5377 ou 822-4732

O artigo deverá estar gravado em:

- . disquete 3 ½ pol., rotulado com o título do artigo, nome do autor sênior e acompanhado de cinco cópias impressas na última versão
- . Winword 7.0 - Fonte da letra: "Times New Roman" - Tamanho da letra: 14

OBSERVAÇÃO: Este material não será devolvido

B) O artigo deve, na medida do possível, ser original.

C) O artigo pode ser:

- . Relatório de pesquisa original
- . Observações clínicas originais acompanhadas de análises e discussões
- . Análise de aspectos filosóficos, éticos ou sociais relacionados à área de Ciências da Saúde
- . Relatos de casos ou reuniões clínicas, com discussões
- . Descrições ou avaliações de métodos ou procedimentos

D) É obrigatório o envio da carta de autorização para publicação, com nome completo do autor sênior, endereço postal, telefone e fax.

E) Estrutura do artigo:

- 1 - Todas as páginas devem ser numeradas , sendo que na primeira deve-se colocar o número total de páginas do artigo.

2 - Na primeira página deve conter:

- a) Título do trabalho;
- b) Nome completo e sobrenome dos autores;
- c) Filiação científica

Psikhê - R. Fac. Psic. F.M.U
v. 3, n. 1, p. 1-40, mai./nov.,1998.

3 - Resumos:

- . apresentar obrigatoriamente em três idiomas: português, inglês e espanhol (inclusive o título)
- . com 200 palavras no máximo
- . unitermos, no máximo quatro (também nos três idiomas)

4 - Texto:

- . cada página deve ter no máximo de 30 linhas (70 toques) e espaço 2
- . número de páginas: mínimo 12 e máximo 24
- . obrigatória a revisão técnica e ortográfica do artigo por parte do autor
- . o artigo não deve conter tabelas ou ilustrações

5 - Referência Bibliográfica: somente as citadas no texto, numeradas por ordem de citação no texto, obedecendo a seguinte norma:

Artigos publicados em periódicos:

Sobrenome dos autores, seguidos das iniciais do primeiro nome (tudo com letra maiúscula); travessão; título completo do artigo (apenas a primeira palavra iniciando com letra maiúscula, exceto para nomes próprios e científicos) seguido de ponto; abreviatura oficial do periódico (sem pontos) seguido de vírgula; volume em número arábico; número do fascículo entre parênteses seguido de dois pontos (:); primeira e última página ligadas por hífen seguida de vírgula; ano de publicação e ponto final. Se cada referência bibliográfica ultrapassar uma linha, a primeira palavra da segunda linha terá início embaixo da quarta letra da primeira linha.

EXEMPLO:

MORGADO A, LIMA LA - Desinstitucionalização: suas bases e a experiência internacional. J bras Psiq, 43(1): 19-28, 1994.

Livros:

Sobrenome do autor seguido das iniciais do primeiro nome (em letra maiúscula); travessão; título completo do livro (iniciais de cada palavra em letra maiúscula) seguido de ponto; domicílio e nome do editor separados por dois pontos (:) seguido de vírgula; ano de publicação seguindo de ponto final.

EXEMPLO:

HAMES, SL - Aspectos Psicossomáticos na Infância: Um Estudo Sobre Crianças Portadoras de Distúrbios Gástricos: gastrite, duodenite, úlcera. Taubaté: Cabral Editora Universitária, 1998.